

Dívida Pública **São Paulo começa a renegociar dívidas**

São Paulo será o primeiro estado a negociar formalmente com o governo federal a situação de suas dívidas. A reunião foi marcada para terça-feira, com o secretário da Fazenda Nacional, Luís Fernando Wellisch, informou ontem o secretário da Fazenda de São Paulo, Frederico Mazzucchelli. A agenda de reuniões, segundo Wellisch, irá obedecer critérios políticos, definidos pelo presidente Fernando Collor e pelos ministros da Justiça, Jarbas Passarinho, e da Economia, Márcilio Marques Moreira.

“Não é nosso objetivo asfixiar os estados”, explicou o secretário Wellisch. Segundo ele, as negociações visam viabilizar a situação financeira dos estados, criando condições para que eles realizem ajustes fiscais, paguem a dívida e ainda façam investimentos. A dívida total dos estados com o governo federal (incluindo dívidas previdenciárias) contabilizada em 30 de abril foi estimada por Wellisch em US\$ 30 bilhões.

Um dos principais pilares da negociação do governo federal com estados será o acerto de contas. Ou seja, as dívidas dos estados serão compensadas com os créditos que

têm a receber de empresas estatais, autarquias e outros órgãos federais. Wellisch disse que no levantamento das dívidas do governo federal com os estados existe uma série de divergências em relação a números.

É o caso, por exemplo, do metrô do Rio de Janeiro, segundo informou Alexandre da Cunha, assessor de tributos da Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro. O Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj) apresentou levantamento mostrando que a dívida do governo federal está calculada em US\$ 104 milhões, enquanto dados do Ministério da Economia indicam que ela não passa de US\$ 35 milhões. Outro caso polêmico é o das três companhias de energia elétrica de São Paulo, que reivindicam do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee) uma parcela de equalização de tarifa de energia elétrica não reconhecida pelo governo federal.

Os estados com situação contábil mais crítica são Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Técnicos do Ministério da Economia consideram, porém, que são casos mais fáceis de resolver, porque

possuem receita própria elevada. Pelo menos cinco estados estão com sua situação regularizada: Espírito Santo, Ceará, Paraná, Santa Catarina e Sergipe. Dois estados — Paraíba e Piauí — vêm surpreendendo o Ministério da Economia na performance de suas contas nas atuais administrações.

Táxi — Na reunião de ontem, o Conselho de Política Fazendária (Confaz) aprovou a ampliação da isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para táxis. Apenas os carros básicos, com até 100 HP tinham isenção do ICMS, que foi agora estendida para carros de 127 HP.

Os secretários estaduais decidiram transferir a discussão a respeito da isenção do ICMS sobre bens de capital para reunião que ocorrerá no dia 16, em São Paulo. “O desenvolvimento dos outros estados não pode ser feito às custas do Tesouro paulista”, disse o secretário de São Paulo, Frederico Mazzucchelli, ao anunciar seu voto contrário à isenção. A razão, segundo ele, é que pelo menos 7% da arrecadação do ICMS de São Paulo dependem do imposto sobre os bens de capital.